

Eufemismo nas relações de trabalho

*Antônio Augusto de Queiroz**

Há muito se discute no Brasil a modernização das relações de trabalho, como um eufemismo para esconder a tentativa de redução ou eliminação de direitos assegurados aos trabalhadores brasileiros.

Nos últimos anos, especialmente durante os governos FHC e do PT, o empresariado investiu em recursos retóricos para tentar aprovar as mudanças nas relações trabalhistas sem que se percebesse seu real alcance, a partir de uma narrativa que buscava suavizar o impacto das mudanças.

A ideia era fazer uso de um discurso refinado que escamoteasse o real interesse na mudança e com isso evitasse maiores resistências dos trabalhadores e de suas entidades de classe.

Nesse esforço, o setor empresarial já mudou de narrativa quatro vezes em relação à mudança nos direitos trabalhistas da CLT.

A primeira tentativa, de cunho mais ideológico, sinalizava para o fim da Era Vargas, sob o fundamento de que o então presidente teria copiado a CLT da Carta de Mussolini, precursor do fascismo. Esse discurso chegou a ser reproduzido por importantes lideranças sindicais, mas logo os trabalhadores perceberam que por trás desse discurso estava a ideia de revogar a CLT, que reúne os direitos dos trabalhadores.

Na segunda tentativa, já numa linha menos ideológica, o discurso consistia na flexibilização dos direitos trabalhistas, sem necessariamente eliminá-los. Esta tática também não funcionou.

A terceira, um pouco mais sofisticada, passava pela defesa da prevalência do negociado sobre o legislado. O trabalhador também percebeu rápido que se tratava da mesma tentativa de retirar direitos, ainda que com um discurso diferente.

A quarta, mais pragmática, enfatiza a “valorização e o reconhecimento pleno da negociação coletiva”, sinalizando para o “empoderamento” das entidades sindicais de trabalhadores.

Agora, com a chegada ao poder do governo Michel Temer, que tem como uma de suas prioridades a chamada melhoria do ambiente de negócios, cujo foco são a terceirização e a substituição do legislado pela negociação nas relações de trabalho, o setor empresarial tem intensificado a atuação para aprovar leis com esse propósito.

E, para tanto, tem feito um esforço adicional de comunicação no sentido não apenas de reforçar a ideia de “valorização” das entidades sindicais de trabalhadores, como também de descaracterizar a mudança proposta como tentativa de redução ou eliminação de direitos.

Nesse sentido, tem dito que o reconhecimento pleno da negociação coletiva, o que pressupõe a substituição da lei, não levará à redução ou à eliminação do direito, mas apenas modula a aplicação do direito.

Citam como exemplo, para persuadir os trabalhadores, a redução do intervalo da refeição, que supostamente permitiria ao trabalhador sair mais cedo do trabalho ou incluir o tempo economizado em sua jornada para

não ter que trabalhar aos sábados; o caso do parcelamento de férias, que supostamente permitiria ao trabalhador gozar suas férias em até três períodos de dez dias; e o caso da participação nos resultados, que as empresas alegam que a lei as impede de parcelar e, supostamente por isso, muitas vezes o valor a ser distribuído, por falta de caixa, é reduzido em função dessa limitação legal.

Ora, até é possível que nos exemplos citados, se modificada a legislação, o cumprimento do direito seja garantido, ainda que em outras bases, e que, nestas hipóteses, não haveria a redução ou eliminação de direitos. Mas na prática não será assim, até porque a lei não irá tratar especificamente desses casos, remetendo para a negociação o poder pleno de dispor sobre as relações de trabalho, para acrescentar ou, preferencialmente, reduzir direitos.

Esta reflexão parece oportuna porque esse tema vai ganhar espaço na agenda governamental e do Congresso e os trabalhadores e suas entidades precisam estar alertas para as artimanhas que serão utilizadas para implementar a flexibilização de direitos. Em nome da melhoria do ambiente de negócios, apresentado como condição para a geração de emprego, vão tentar mais uma vez reduzir ou eliminar direitos, ainda que com outra roupagem. Todo cuidado será pouco às lideranças, às entidades e aos trabalhadores para não serem enganados.

() Jornalista, analista político e Diretor de documentação do Diap*

Governo provisório

Novos líderes do Executivo assumem condução do processo decisório

Página 4

Ministério Temer

Veja quem são os titulares das 24 Pastas do governo provisório

Páginas 6 e 7

Comissões permanentes

Colegiados temáticos têm novo comando na Câmara

Páginas 10 a 16

GOVERNO PROVISÓRIO

Ministro do Trabalho e Emprego diz ser contra terceirização e negociado sobre o legislado

No dia 1º de junho, em reunião na Comissão de Direitos Humanos do Senado, o ministro do Trabalho e Emprego, Ronaldo Nogueira, disse ao presidente do colegiado que é contra o projeto da terceirização, a instituição da prevalência do negociado sobre o legislado e a reforma da CLT para acabar com direitos trabalhistas.

“Vim conversar com o senador Paulo Paim, que é do Sul como eu, para dizer que o governo do presidente Michel Temer tem compromisso com o aprimoramento de direitos e não a revogação deles. Alguns temas necessitam de adequação, mas as mudanças devem ser realizadas por meio de consenso entre os

trabalhadores, os empregadores e o governo”.

“O ministro aceitou o convite e veio conversar sobre temas de interesse dos trabalhadores. Quis saber dele a posição do Ministério do Trabalho acerca do projeto da terceirização, da proposta de estipular o negociado sobre o legislado e a reforma trabalhista. Ele me disse que em relação à terceirização comunga do mesmo pensamento que o meu (contrário ao PLC 30/2015), que é contra a sobreposição do negociado ao legislado, que significa rasgar a CLT, e que não haverá reforma da CLT para retirar direitos”, revelou o senador Paim com exclusividade ao jornalista e assessor do DIAP, Alysson de Sá Alves.

Reforma da Previdência pode ficar para depois do impeachment

A apresentação da proposta de reforma da previdência, que era anunciada para os próximos 30 dias, deve aguardar o julgamento final do processo de impeachment, se o presidente interino Michel Temer considerar as ponderações de alguns de seus conselheiros políticos.

Uma das motivações para o adiamento estaria relacionada à legitimidade de um governo interino para conduzir reformas estruturais, que propõem adoção de idade mínima, desvinculação do salário mínimo dos benefícios da seguridade social, e equiparação de requisitos de idade e tempo de contribuição entre homens e mulheres e trabalhadores urbanos e rurais.

Outra razão para a espera seria o fato de as centrais sindicais terem decidido que não irão propor nenhuma mudança em relação a direitos previdenciários, nem de servidores nem do regime geral. Toda proposta será centrada na recuperação de receitas, com sugestões de eliminação ou revisão de isenções, renúncias, incentivos fiscais e propostas de aumento de tributo, podendo inclusive sugerir uma CPMF para financiar a Previdência.

EXPEDIENTE

Publicação do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Endereço: SBS - Edifício Seguradoras
Salas 301/7 - 70093-900 - Brasília-DF
www.diap.org.br
diap@diap.org.br
Fones: (61) 3225-9704/9744
Fax: (61) 3225-9150

Supervisão

Ulisses Riedel de Resende

Edição

Viviane Ponte Sena

Redação

Alice Coutinho, Alysson de Sá Alves, André Luis dos Santos, Antônio Augusto de Queiroz, Iva Cristina de Sant'Ana, Marcos Verlaine, Neuriberg Dias, Robson Graça e Viviane Ponte Sena

Diagramação

Fernanda Medeiros da Costa

Fone: (61) 3224-5021

Ilustração capa: Cerino

Impressão: Stephanie Gráfica e Editora

CONSELHO DIRETOR DO DIAP

Presidente:

Celso Napolitano (Sinpro-SP e Fepesp)

Vice-Presidentes:

Carlos Cavalcante Lacerda (CNTM-Força Sindical)
Jacy Afonso (Seeb-DF)
João Batista da Silveira (SAAE-MG)
Maria das Graças Costa (CUT Nacional)
Ricardo Nerbas (CNPL)

Superintendente:

Epaminondas Lino de Jesus (Sindaf-DF)

Suplente:

José Renato Inácio de Rosa (Federação Nacional dos Portuários)

Secretário:

Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)

Suplente:

Mário Souto Lacerda (SAEP-DF)

Tesoureiro:

Izac Antonio de Oliveira (Fitee)

Suplente:

Leonardo Bezerra Pereira (Sechos-DF)

Conselho Fiscal

Efetivos:

Aluizio Firmiano da Silva Júnior (Sindicato Nacional dos Moedeiros)
Itamar Revoredo Kunert (CSB)
Pedro Armengol (Condsef-CUT)

Suplentes:

Arthur Emílio O. Caetano (Stiu-DF-FNU)
Flávio Werneck Meneguelli (Fenapef)
Landstone Timóteo Filho (Fitratelp)

IMPEACHMENT NO SENADO

Senado aprova admissibilidade do impeachment contra Dilma; presidente está afastada do cargo

O Senado aprovou, em 12 de maio, a admissibilidade do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Foram 55 votos favoráveis e 22 contrários. Quatro senadores não votaram: Renan Calheiros (PMDB-AL); Jádér Barbalho (PMDB-PA); Eduardo Braga (AM) e o suplente do senador cassado Delcídio do Amaral, Pedro Chaves (PSC-MS), que ainda não havia tomado posse no dia da votação. Veja como votaram os senadores

| Senadores | Partido | Votou |
|-------------------------|-----------|--|
| Acre | | |
| Gladson Cameli | PP | Sim |
| Sérgio Petecão | PSD | Sim |
| Jorge Viana | PT | Não |
| Alagoas | | |
| Renan Calheiros | PMDB | Presidente, vota somente em caso de empate |
| Benedito de Lira | PP | Sim |
| Fernando Collor | PTC | Sim |
| Amazonas | | |
| Vanessa Grazziotin | PCDOB | Não |
| Eduardo Braga | PMDB | Ausente |
| Omar Aziz | PSD | Sim |
| Amapá | | |
| Davi Alcolumbre | DEM | Sim |
| João Capiberibe | PSB | Não |
| Randolfe Rodrigues | REDE | Não |
| Bahia | | |
| Lídice da Mata | PSB | Não |
| Otto Alencar | PSD | Não |
| Walter Pinheiro | S/Partido | Não |
| Ceará | | |
| Eunício Oliveira | PMDB | Sim |
| Tasso Jereissati | PSDB | Sim |
| José Pimentel | PT | Não |
| Distrito Federal | | |
| Hélio José | PMDB | Sim |
| Cristovam Buarque | PPS | Sim |
| Reguffe | S/Partido | Sim |
| Espirito Santo | | |
| Rose de Freitas | PMDB | Sim |
| Magno Malta | PR | Sim |
| Ricardo Ferraço | PSDB | Sim |
| Goiás | | |
| Ronaldo Caiado | DEM | Sim |
| Wilder Moraes | PP | Sim |

| Senadores | Partido | Votou |
|---------------------------|---------|---------|
| Lúcia Vânia | PSB | Sim |
| Maranhão | | |
| Edison Lobão | PMDB | Sim |
| João Alberto Souza | PMDB | Não |
| Roberto Rocha | PSB | Sim |
| Minas Gerais | | |
| Aécio Neves | PSDB | Sim |
| Antonio Anastasia | PSDB | Sim |
| Zeze Perrella | PTB | Sim |
| Mato Grosso do Sul | | |
| Simone Tebet | PMDB | Sim |
| Waldemir Moka | PMDB | Sim |
| Mato Grosso | | |
| Blairo Maggi | PR | Sim |
| Wellington Fagundes | PR | Sim |
| José Medeiros | PSD | Sim |
| Pará | | |
| Jader Barbalho | PMDB | Ausente |
| Flexa Ribeiro | PSDB | Sim |
| Paulo Rocha | PT | Não |
| Paraíba | | |
| José Maranhão | PMDB | Sim |
| Raimundo Lira | PMDB | Sim |
| Cássio Cunha Lima | PSDB | Sim |
| Pernambuco | | |
| Fernando Bezerra Coelho | PSB | Sim |
| Humberto Costa | PT | Não |
| Armando Monteiro | PTB | Não |
| Piauí | | |
| Ciro Nogueira | PP | Sim |
| Regina Sousa | PT | Não |
| Elmano Férrer | PTB | Não |
| Paraná | | |
| Roberto Requião | PMDB | Não |
| Gleisi Hoffmann | PT | Não |
| Alvaro Dias | PV | Sim |

| Senadores | Partido | Votou |
|----------------------------|---------|-------|
| Rio de Janeiro | | |
| Marcelo Crivella | PRB | Sim |
| Romário | PSB | Sim |
| Lindbergh Faria | PT | Não |
| Rio Grande do Norte | | |
| José Agripino | DEM | Sim |
| Garibaldi Alves Filho | PMDB | Sim |
| Fátima Bezerra | PT | Não |
| Rondônia | | |
| Acir Gurgacz | PDT | Sim |
| Valdir Raupp | PMDB | Sim |
| Ivo Cassol | PP | Sim |
| Roraima | | |
| Telmário Mota | PDT | Não |
| Romero Jucá | PMDB | Sim |
| Ângela Portela | PT | Não |
| Rio Grande do Sul | | |
| Lasier Martins | PDT | Sim |
| Ana Amélia | PP | Sim |
| Paulo Paim | PT | Não |
| Santa Catarina | | |
| Dário Berger | PMDB | Sim |
| Dalirio Beber | PSDB | Sim |
| Paulo Bauer | PSDB | Sim |
| Sergipe | | |
| Maria do Carmo Alves | DEM | Sim |
| Antonio Carlos Valadares | PSB | Sim |
| Eduardo Amorim | PSC | Sim |
| São Paulo | | |
| Marta Suplicy | PMDB | Sim |
| Aloysio Nunes Ferreira | PSDB | Sim |
| José Serra | PSDB | Sim |
| Tocantins | | |
| Vicentinho Alves | PR | Sim |
| Ataídes Oliveira | PSDB | Sim |
| Donizeti Nogueira | PT | Não |

GOVERNO PROVISÓRIO

Aloysio Nunes é o novo líder do governo no Senado

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) aceitou o convite do presidente interino Michel Temer para ser o novo líder do governo no Senado. A confirmação ocorreu em 31 de maio, após a reunião da bancada do PSDB na Casa. Aloysio afirmou que sua missão imediata é ajudar na aprovação de medidas que possam fazer a economia do país crescer e gerar empregos — em sua opinião o aspecto mais “dramático” da crise que afeta o Brasil neste momento.

Aloysio Nunes explicou que já está fazendo um levantamento das medidas em tramitação no Senado que possam contribuir para isso e tenham prioridade nas votações da Casa.

**OPOSIÇÃO**

“Eu espero que a oposição possa dialogar conosco para que em alguns pontos dessas medidas eles venham somar os votos deles com os nossos, como nós fizemos durante o governo do PT. Estamos vivendo um momento de excitação política que vai se acalmar, à medida que for decidido definitivamente o afastamento da presidente Dilma, e ele acontecerá. Aí essas coisas tendem a se acalmar”, declarou.

PERFIL

Aloysio está no exercício do 1º mandato, paulista, advogado e mestre em Ciência Política. Destaca-se como formulador.

Trajectoria na vida pública – Exerceu cargos de deputado estadual, deputado federal, vice-governador, secretário de

Justiça, secretário de Transportes Metropolitanos, ministro da Justiça, chefe da casa civil do governo de São Paulo.

Atuação político-parlamentar – É uma das principais lideranças nacionais do PSDB. Em 2014 foi candidato a vice-presidente na chapa de Aécio Neves. Foi vice-líder da bancada do partido no Senado, sendo um dos críticos mais contundentes na oposição ao governo da Presidente Dilma Rousseff.

Especialização técnica – Relatou a reforma do Judiciário na Câmara, que deu origem à Emenda Constitucional 45. Articulado, goza de grande respeito pelo seu saber jurídico. Atuou na discussão de novo Código Penal, na elaboração do marco regulatório da mineração em terras raras no Brasil, nos debates da reforma política e de avaliação do sistema tributário nacional.

Andre Moura é confirmado novo líder do governo na Câmara

O deputado André Moura (PSC-SE) foi confirmado líder do governo na Câmara dos Deputados pelo presidente da República em exercício, Michel Temer. Moura tem o apoio do novo bloco parlamentar que reúne 225 deputados de 13 partidos — PP, PR, PSD, PRB, PSC, PTB, SD, PHS, Pros, PSL, PTN, PEN e PTdoB.

**PERFIL**

Moura está no exercício do 2º mandato, baiano, gestor público. Destaca-se como articulador.

Trajectoria na vida pública – Antes da eleição para a Câmara Federal, exerceu dois mandatos de prefeito de

Pirambu, SE, e um mandato de deputado estadual. Também foi secretário estadual de Integração de Serviços Públicos Metropolitanos.

Atuação Político-Parlamentar – Foi líder do PSC na Câmara dos Deputados. É um dos deputados que atua como fiel escudeiro do presidente afastado da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Assumiu missões importantes como a presidência da comissão especial que analisou o mérito das propostas de redução da maioria penal e a relatoria da comissão especial da reforma tributária. Presidiu a Frente Parlamentar em Defesa do Piso

Nacional de Jornalistas e a Frente Parlamentar em Defesa do Saneamento Ambiental e da Moradia para Todos. Atua em consonância com os interesses da bancada evangélica e da bancada ruralista.

Especialização técnica – É um dos autores e também presidiu a comissão especial da proposta que deu origem à Emenda Constitucional 80, que fixa o prazo de oito anos para que a União, os estados e o Distrito Federal dotem todas as comarcas e circunscrições (no caso do Distrito Federal) de defensores públicos. A EC 80 também prevê que o número de defensores públicos nas 27 unidades da federação seja proporcional ao número de habitantes e à demanda efetiva pelo serviço.

EXECUTIVO

Governo Temer não fugirá de agenda impopular

*Antônio Augusto de Queiroz**

A equipe do presidente interino Michel Temer, a começar pelo próprio, não terá dificuldades para encampar medidas impopulares, inclusive pelo histórico de comportamento de alguns dos membros do novo Governo.

Inicialmente, vale lembrar que o relator em Plenário da reforma da previdência do Governo FHC, que suprimiu vários direitos de aposentados e pensionistas, foi o então deputado Michel Temer. E o coordenador político do Governo Dilma, quando da aprovação no Congresso das Medidas Provisórias 664 e 665, que eliminou o caráter vitalício das pensões, restringiu o acesso ao seguro-desemprego, ao seguro-defeso e ao abono salarial, além de modificar o cálculo do auxílio-doença, foi o vice-presidente da República, atualmente no exercício interino da Chefia do Poder Executivo.

A reforma administrativa do Governo FHC, que suprimiu vários direitos dos servidores e tentou acabar com a estabilidade e eliminar o regime jurídico único, foi relatada pelo então deputado Moreira Franco, atualmente um dos homens fortes do Governo Temer nos assuntos de privatização, de parcerias público-privada e de venda de ativos.

Quando da votação e aprovação do projeto que flexibilizava a CLT, o PL nº 5.483/2001, o presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público era o então deputado Henrique Eduardo Alves, atual ministro do Turismo, que se empenhou pessoalmente na aprovação da matéria. Esse projeto só não virou lei porque em 2003 o então presidente Lula solicitou sua retirada do Congresso.

O atual ministro da Saúde, Ricardo Barros, na condição de relator do Orçamento para 2016, propôs corte de R\$ 10 bilhões do Bolsa Família e

eliminação dos reajustes dos servidores, além de defender a flexibilização da CLT, tema que sequer estava em debate na peça orçamentária. Referiu-se ao assunto ao criticar as despesas com a Justiça do Trabalho.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a quem competirá também gerenciar a Previdência Social e Complementar, defende uma reforma radical nas regras de concessões de benefícios previdenciários, desde a instituição de idade mínima até a desvinculação do salário mínimo como piso de benefícios da seguridade social.

A formação do segundo escalão dos ministérios do Planejamento e da Fazenda, compostos de técnicos de perfil fiscalista, que já serviram ao governo FHC, demonstra que a batalha não será fácil

O líder do processo de impeachment, Eduardo Cunha, um dos principais aliados do vice-presidente em exercício Michel Temer, foi também o líder e condutor da votação e aprovação do projeto de lei que instituiu a terceirização e a pejetização nas relações de trabalho. Mesmo afastado da presidência da Câmara, por decisão do Supremo, continua influente no Congresso e no Governo, tendo inclusive indicado nomes para a liderança do governo na Câmara e também para postos-chave na nova gestão.

A formação do segundo escalão dos ministérios do Planejamento e da

Fazenda, compostos de técnicos de perfil fiscalista, que já serviram ao governo FHC, demonstra que a batalha não será fácil. Esse pessoal não tem nenhuma sensibilidade política e toda convicção de que é preciso reduzir o tamanho do Estado e cortar gastos, especialmente com a máquina pública e as políticas públicas sociais.

Acrescente-se a essa disposição para enfrentar temas impopulares, o fato de o governo Temer contar com uma grande base parlamentar que envolve parlamentares e partidos de centro e centro-direita que podem ser classificados como liberais, do ponto de vista ideológico, e conservadores, do ponto de vista social.

A julgar por este pequeno apanhado, o governo não terá maiores cerimônias em propor reformas impopulares e, se mantiver unida sua base conservadora e neoliberal, poderá fazer o que nem o “Centrão” na Constituinte nem FHC nos seus dois governos conseguiram: instituir idade mínima na previdência, desvincular o salário mínimo dos benefícios da Seguridade, abrir a economia ao capital estrangeiro sem reservas, privatizar empresas públicas e sociedades de economia mista, como os Correios, a Casa da Moeda, setores da Petrobras e toda a Eletrobras, além de flexibilizar a CLT.

Para resistir à investida sobre os direitos dos trabalhadores, servidores, aposentados e pensionistas, os movimentos sindicais e sociais vão precisar de organização, mobilização, unidade de ação e aliança com outras forças contrárias a essa agenda conservadora e neoliberal. Sem um trabalho intenso de resistência, denúncia e contestação à ofensiva do novo governo sobre direitos dos assalariados, conforme preconizado na “Ponte para o Futuro”, há risco real de retrocesso nas conquistas sociais.

() Jornalista, analista político e Diretor de Documentação do Diap*

MINISTÉRIO TEMER

Veja quem são os titulares das 24 Pastas

Dos 25 partidos com representação no Congresso, pelo menos 11 têm ministros no governo Temer, o que significa que a composição do governo foi montada pensando no apoio do Congresso. São eles: PMDB, PSDB, PPS, PR, PP, DEM, PTB, PRB, PSB, PSD e PV.

Na conformação ministerial, o presidente interino reduziu de 31 para 24 o número de ministérios, a partir de fusões ou incorporações que, de um lado, levaram à redução do status de ministérios vinculados à cidadania (mulheres, negros, agricultura familiar, etc) e, de outro, a prejuízos ao progresso, como foi o caso da extinção do Ministério da Ciência e Tecnologia, e retrocessos

sociais, como a incorporação da Previdência ao Ministério da Fazenda.

Regionalmente, o governo Temer prestigiou as regiões Nordeste, onde a presidente afastada tem sua maior base, e a Sudeste, que tem o maior eleitorado, ambas com oito ministros cada; a Sul, onde o governo Dilma tem a maior oposição, com cinco; a Centro-Oeste, onde o agronegócio é forte, com dois ministros; e a região Norte, com apenas um ministro.

O papel dos ministros, além de dar sustentação política ao governo e garantir o apoio de seus partidos no Congresso, será coordenar suas Pastas na formulação de implementação

de políticas públicas num ambiente de escassez orçamentária.

Os titulares do primeiro escalão terão o desafio de promover cortes no gasto de suas Pastas e ao mesmo tempo produzir resultados. Não será uma tarefa fácil, especialmente nas áreas sociais e de infraestrutura, que em lugar de cortes, requer mais recursos.

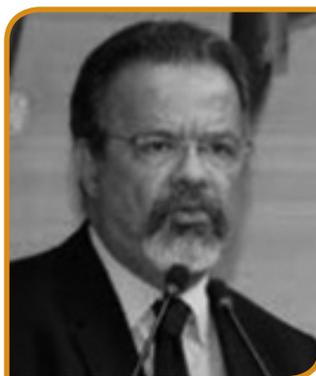
Como se pode depreender dessa rápida leitura dos nomes, constata-se a presença de pelo menos cinco titulares que são ex-ministros dos governos Lula e Dilma, contrariando a ideia de renovação. São eles: Eliseu Padilha, Henrique Meirelles, Gilberto Cassab, Helder Barbalho e Geddel Vieira Lima.



Eliseu Padilha - PMDB
Casa Civil da Presidência
da República



Alexandre Moraes - PSDB
Ministério da Justiça e
Cidadania



Raul Jungmann - PPS
Ministério da Defesa



José Serra - PSDB
Ministério das Relações
Exteriores



Henrique Meirelles - PSD
Ministério da Fazenda



Maurício Quintella - PR
Ministério dos Transportes,
Portos e Aviação Civil



Blairo Maggi - PP
Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento



Mendonça Filho - DEM
Ministério da Educação



Ronaldo Nogueira - PTB
Ministério do Trabalho



Osmar Terra - PMDB
Ministério do
Desenvolvimento
Social e Agrário



Ricardo Barros - PP
Ministério da Saúde



Marcos Pereira - PRB
Ministério da Indústria,
Comércio e Serviços



Fernando Coelho Filho -
PSB - Ministério de Minas
e Energia



Dyogo Oliveira (interino) –
sem partido
Ministério do Planejamento,
Desenvolvimento e Gestão



Gilberto Kassab - PSD
Ministério da Ciência,
Tecnologia, Inovações e
Comunicações



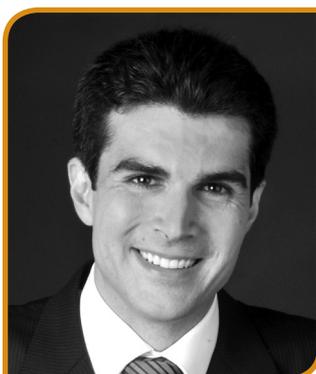
Sarney Filho - PV
Ministério do Meio
Ambiente



Leonardo Picciani - PMDB
Ministério do Esporte



Henrique Eduardo
Alves - PMDB
Ministério do Turismo



Helder Barbalho - PMDB
Ministério da Integração
Nacional



Bruno Araújo - PSDB
Ministério das Cidades



Geddel Vieira Lima - PMDB
Secretaria de Governo da
Presidência da República



Torquato Jardim
sem partido - Ministério da
Transparência, Fiscalização
e Controle



Sérgio Etchegoyen
sem partido
Gabinete de Segurança
Institucional



Marcelo Calero
sem partido
Ministério da Cultura

AGENDA DO AJUSTE

Servidores, trabalhadores da iniciativa privada e entidades sindicais ameaçadas

*André Santos**

Umas das formas de avaliação do Congresso Nacional é a apresentação de projetos de lei nas Casas Legislativas - Câmara e Senado. Caso exista um número expressivo de projetos sobre determinado assunto, é possível avaliar o pensamento médio das Casas e a tendência para a votação de matérias correlatas.

Neste sentido podemos observar que há no Congresso Nacional uma tendência a criminalizar os movimentos sociais, de modo geral, e o movimento sindical de trabalhadores, em particular. Chama atenção também a reiterada tentativa de flexibilização dos direitos dos trabalhadores da iniciativa privada e de servidores públicos.

Sobre as ameaças ao funcionamento das entidades da sociedade civil organizada, duas ações levam a crer que as perseguições aos movimentos sociais, em especial o movimento sindical de trabalhadores, ganharam força nessa legislatura.

A primeira se dá com o pedido de informação sobre os recursos utilizados nas manifestações de rua em favor da democracia. Nessa proposição, apresentada pelo deputado Marco Feliciano (PSC-SP), o foco do parlamentar está no possível desvio da contribuição sindical para utilização em mobilização. Em que pese a boa intenção do parlamentar, a Solicitação de Informação ao Tribunal de Contas da União (SIT) 19/2016 restringe-se apenas às entidades sindicais de trabalhadores,

ignorando a participação de entidades patronais em manifestações de cunho nacional.

O ataque ao movimento sindical configura-se também no Projeto de Lei (PL) 4.977/2016, de autoria do deputado Alberto Fraga (DEM-DF). O parlamentar pretende alterar a Lei nº 11.648/2008, que regulamentou as centrais sindicais, para incluir a exigência de prestação de contas dos sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais ao Tribunal de Contas da União, também restrita a entidades de representação de classe dos trabalhadores.

Ao projeto que deu origem à Lei nº 11.648, quando tramitou no Congresso Nacional, foi apresentada emenda no sentido de submeter ao TCU a fiscalização da contribuição sindical recebida pelas entidades sindicais. A emenda foi aprovada, mas vetada pelo presidente da República por contrariar a liberdade e autonomia das entidades, de acordo com o artigo 8º da Constituição Federal.

INICIATIVA PRIVADA

Para trabalhadores da iniciativa privada, os ataques são nos direitos históricos garantidos por lei. Entre eles, a possibilidade de flexibilizar as férias dos trabalhadores em até três períodos, conforme proposto no PL 4876/2016, de autoria do deputado Marinaldo Rosendo (PSB-PE).

O texto prevê a possibilidade de férias coletivas fracionadas em três vezes, sem aviso prévio para o sindicato e com antecipação máxima de comunicação para o trabalhador em

cinco dias antes da licença pretendida pela empresa.

Outra proposta apresentada em 2016, porém antiga no seu mérito, é o conhecido negociado sobre o legislado. O tema foi apresentado no governo FHC e retirado de tramitação a pedido do ex-presidente Lula. Agora, retorna ao debate. Além de apoiadores no Legislativo, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) é simpático à matéria.

Trata-se do PL 4962/2016, de autoria do deputado Júlio Lopes (PP-RJ). A matéria altera a redação do artigo 618 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata das condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho, para que prevaleçam sobre o disposto em lei. A ressalva feita pelo autor é que os acordos e convenções não contrariem a Constituição Federal e as normas de medicina e segurança do trabalho.

SERVIDORES

Neste ano os servidores se depararam com uma ameaça grave aos direitos das carreiras em nível estadual, municipal e federal. Trata-se do PLP 257/2016, de autoria do Poder Executivo, que faz parte do pacote de ajuste fiscal iniciado pelo governo Dilma.

As medidas buscam manter o pagamento de juros e amortizações da dívida ao sistema financeiro para aumentar a arrecadação da União. A proposta utiliza como contrapartida para a renegociação de dívidas dos entes federados a flexibilização, postergação e até mesmo eliminação de direitos.

Lista de projetos que configuram ameaças aos direitos dos trabalhadores e das entidades

ESTABELECE O PLANO DE AUXÍLIO AOS ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL

PLP 275/2016 – Poder Executivo

Ementa: estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997; a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001; a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014; e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e dá outras providências.

PEDIDO DE INFORMAÇÃO AO TCU

SIT 19/2016 – Deputado Marco Feliciano (PSC-SP)

Ementa: requer informações ao Tribunal de Contas da União - TCU sobre possível desvio de finalidade das contribuições sindicais obrigatórias (natureza tributária - art. 8º inciso IV da Constituição Federal) em atividade político-partidária (ato público em defesa da Presidente Dilma realizado em 31/03/2016) que não se enquadre na função precípua dos sindicatos de atender o interesse específico dos trabalhadores.

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL PELO SINDICATO DA CATEGORIA PROFISSIONAL

PLS 77/2016 - Senador Paulo Paim (PT-RS)

Ementa: dispõe sobre a substituição processual pelo sindicato da categoria profissional.

VEDA OS RECURSOS DESTINADOS ÀS CENTRAIS SINDICAIS PARA ATIVIDADES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS

PL 4814/2016 - Deputado Rocha (PSDB-AC)

Ementa: altera os artigos 553, 557 e 593, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O projeto veda os recursos destinados às centrais sindicais para atividades político-partidárias.

RECONHECIMENTO FORMAL DAS CENTRAIS SINDICAIS

PL 4977/2016 - Deputado Alberto Fraga (DEM-DF)

Ementa: altera a Lei nº 11.648, de 31 março de 2008, que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. (Fiscalização do Tribunal de Contas da União TCU).

PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

PL 4962/2016 - Deputado Júlio Lopes (PP-RJ)

Ementa: altera a redação do artigo 618 da Consolidação das Leis do Trabalho – (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que trata das condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho prevalecem sobre o disposto em lei, desde que não

contrariem a Constituição Federal e as normas de medicina e segurança do trabalho.

PERMITE A CONCESSÃO DE FÉRIAS COLETIVAS EM ATÉ TRÊS PERÍODOS

PL 4876/2016 - Deputado Marinaldo Rosendo (PSB-PE)

Ementa: altera o art. 139 da Consolidação das Leis do Trabalho para permitir a concessão de férias coletivas em até três períodos.

FIM DE ACORDO OU CONVENÇÃO PARA BANCO DE HORAS

PL 4846/2016 - Deputada Gorete Pereira (PR-CE)

Ementa: altera a redação do § 2º do art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de excluir a obrigatoriedade de acordo ou convenção coletiva de trabalho para a adoção de banco de horas.

FLEXIBILIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL

PL 4567/2016 - Senado Federal

Ementa: altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção.

**Assessor parlamentar do Diap*

LEGISLATIVO

Conheça os presidentes das comissões permanentes da Câmara e do Senado

Desde o início de maio, as comissões permanentes da Câmara estão sob novo comando. Nos dias 3 e 4/05, foram eleitos os dirigentes dos colegiados temáticos em funcionamento na Casa. Nesta sessão legislativa, irão funcionar 25 comissões porque foram criadas mais duas instâncias decisórias na Câmara:

a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e a de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

As presidências dos 25 colegiados foram divididas entre os partidos representados na Casa e a escolha foi feita levando em consideração o tamanho atual de cada bancada, após a janelada

da troca de partidos. Esse novo formato de escolha foi definido em votação no Plenário em sessão de 27 de abril.

No Senado, a atualização das mesas das comissões ocorre a cada dois anos. Contudo, houve troca de presidência em dois colegiados e foi criada a Comissão de Transparência e Governança Pública (CGT).

Câmara dos Deputados



Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Presidente: Deputado Lázaro Botelho (PP/TO)

Perfil: Lázaro Botelho Martins é natural de Loreto (MA), é pecuarista e Empresário. Já foi deputado federal pelo PP também nas duas últimas legislaturas (2007-2011/ 2011-2015). Foi secretário da Fazenda (2001-2005) e de Governo (2005-2006) de Araguaína (TO).

Atribuições: Examina, oferece parecer e vota matérias relacionadas à política agrícola; estímulos fiscais, financeiros e creditícios à agricultura; política de abastecimento; sistema de crédito rural; políticas fundiárias e de reforma agrária, pesca, alienação e concessão de terras públicas; política de insumos agropecuários, entre outras.

Secretário: Alexandre Pierre Barreto Lima
Anexo II, Térreo, Ala C, sala 34

Telefones: (61) 3216-6403

E-mail: capadr.decom@camara.leg.br



Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Presidente: Deputado Alexandre Leite (DEM/SP)

Perfil: Alexandre Leite da Silva é natural de São Paulo (SP) e empresário. Foi deputado federal na legislatura anterior (2011-2015). Na Câmara dos Deputados, foi vice-líder do DEM e vice-líder do Bloco da Minoria. Também atuou como auxiliar administrativo e sócio da Construtora Incorporadora e Comércio Neumax.

Atribuições: Analisa e delibera sobre política nacional de ciência e tecnologia; telecomunicações, informática e robótica; serviços postais, telegráficos, telefônicos; regime jurídico das telecomunicações e informática; outorga e renovação da exploração de serviços de radiodifusão, sonora e de sons e imagens, etc.

Secretária: Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira
Anexo II, Térreo, Ala A, sala 51

Telefones: (61) 3216-6452

E-mail: ccti.decom@camara.leg.br



Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Presidente: Deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR)

Perfil: Osmar José Serraglio é natural de Erechim (RS), formado em direito, atuou como professor universitário e foi assessor jurídico de diversas prefeituras no Paraná: Mariluz (1984), Nova Olímpia (1988), Umuarama, Guaíra, Iporã (1993), Foz do Iguaçu, Icaraíma, Japurá, Vila Alta e São Jorge do Patrocínio (1997). Foi o relator da CPMI dos Correios. É empresário de engenharia e construção. Faz parte das bancadas ruralista e evangélica. Foi deputado federal pelo PMDB nas três legislaturas anteriores (1999-2003/ 2003-2007/ 2007-2011). Também foi vice-prefeito de Umuarama pelo PMDB (1993-1996).

Atribuições: Trata dos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos e analisa e delibera no mérito sobre cidadania, nacionalidade, direito constitucional, eleitoral, civil, penal, etc. Seus pareceres são terminativos e de mérito, conforme o caso.

Secretária: Alexandra Zaban Bittencourt
Anexo II, Térreo, Ala A, sala 19

Telefones: (61) 3216-6494

E-mail: ccjc.decom@camara.leg.br



Comissão de Cultura (CCULT)

Presidente: Deputado Chico D'Angelo (PT/RJ)

Perfil: Francisco José D'Angelo Pinto nasceu em Campos (RJ) e é médico. Foi diretor do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (1984-1996), da Federação Nacional dos Médicos (1992-1994) e do Conselho Regional de Medicina (1993-1996). Deputado federal pelo PT-RJ (2011-2015). Foi secretário municipal de Saúde de Niterói (2002-2006) e presidente da Fundação Municipal de Saúde do mesmo município fluminense (2002-2006). Na Câmara dos Deputados, foi vice-líder do PT.

Atribuições: É responsável pelo patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, cultural, artístico e científico; também cuida do desenvolvimento cultural, direito de imprensa, informação e manifestação do pensamento; diversão e espetáculos públicos; produção cultural e sua proteção. Esta comissão resultou do desmembramento da Comissão de Educação e Cultura em fevereiro de 2013.

Secretária: Nádia Lúcia das Neves Raposo
Anexo II (Pavimento Superior (salas 168-169-C

Telefones: (61) 3216-6942

E-mail: ccult.decom@camara.leg.br

**Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)****Presidente:** Deputado Marco Tebaldi (PSDB/SC)**Perfil:** Marco Antonio Tebaldi, natural de Erechim (RS), é engenheiro e funcionário público. Foi deputado federal pelo PSDB na legislatura anterior (2011-2015). Em Joinville (SC), foi vice-prefeito (2001-2002) e prefeito (2002-2004/ 2005-2008) pelo PSDB, além de vereador (1993-1997) pelo PFL. Ocupou também os cargos de secretário de Habitação da cidade (1993-2000) e de Educação de Santa Catarina (2011-2012).**Atribuições:** Análise e delibera sobre economia popular, repressão ao abuso de poder econômico e defesa do consumidor.**Secretária:** Lilian de Cássia Albuquerque Santos
Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, sala 152**Telefones:** (61) 3216-6920**E-mail:** cdc.decom@camara.leg.br**Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)****Presidente:** Deputada Gorete Pereira (PR/CE)**Perfil:** Maria Gorete Pereira é natural de Juazeiro do Norte (CE). Formada em fisioterapia, presidiu o Sindicato de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (1979-1985) e a Associação Beneficente Cearense de Reabilitação (1990-2004). Foi deputada federal pelo PL nas três legislaturas anteriores (2003-2007/ 2007-2011/ 2011-2015). Pelo PFL, também foi vereadora de Fortaleza (1989-1993/ 1993-1997) e deputada estadual (1995-1999/ 1999-2003). Na Câmara dos Deputados, foi vice-líder do PR; vice-líder do Bloco PR, PRB, PTdoB, PRTB, PRP, PHS, PTC, PSL; e vice-líder do Bloco PR, PTdoB, PRP.**Atribuições:** Recebe, avalia e investiga toda e qualquer ameaça ou violação aos direitos da mulher combatendo a violência doméstica, a exploração sexual de crianças e de adolescentes do sexo feminino, a discriminação e desigualdade racial das mulheres. Atua, também, na fiscalização, monitoramento e acompanhamento de programas governamentais relacionados as mulheres.**Secretária:** Valéria Pessoa

Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, sala 188

Telefones: (61) 3216-6961**E-mail:** cmulher@camara.leg.br**Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO)****Presidente:** Deputado Roberto de Lucena (PV/SP)**Perfil:** Roberto Alves de Lucena é natural de Santa Isabel (SP), é pastor evangélico, escritor e conferencista; foi deputado federal na legislatura anterior (2011-2015). Em 2015, licenciou-se diversas vezes do cargo de deputado federal para assumir a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, sob a gestão de Geraldo Alckmin (PSDB - 2015-2018). Reassumiu o cargo em abril de 2016.**Atribuições:** Recebe, avalia e investiga toda e qualquer ameaça ou violação aos direitos da pessoa idosa. Atua, também, na fiscalização, monitoramento e acompanhamento de programas governamentais e políticas públicas destinadas às pessoas idosas, além do incentivo à conscientização da imagem dos idosos na sociedade.**Secretária:** Walbia Vania De Farias Lora

Anexo II, Pavimento Superior, Ala B, sala 187

Telefones: (61) 3216-6951**E-mail:** cidoso.decom@camara.leg.br**Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD)****Presidente:** Deputado Professor Victório Galli (PSC-MT)**Perfil:** Victório Galli Filho é natural de Rosana (SP). Formado em pedagogia, é professor universitário. Foi deputado federal na legislatura anterior (2011-2015). Assumiu o mandato em julho de 2012 na vaga de Carlos Bezerra (PMDB).**Atribuições:** Destina-se a acompanhar, monitorar e fiscalizar as proposições voltadas às pessoas com deficiência física ou mental; investigar denúncias contra os direitos dos deficientes, fiscalizar e acompanhar programas governamentais, além de colaborar com entidades não governamentais, nacionais e internacionais que atuem na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Comissão Criada pela Resolução da Câmara dos Deputados Nº 1, de 2015.**Secretária:** Hérica Pimentel Brito de Souza
Anexo II, ala A, sala 05, térreo**Telefones:** (61) 3216-6971**E-mail:** cpd@camara.leg.br**Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Serviços (CDEICS)****Presidente:** Deputado Laercio Oliveira (SD/SE)**Perfil:** Laercio José de Oliveira é natural de Recife (PE). Formado em administração, possui MBA e é vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2010-2014) e da Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental (2010-2014). Foi deputado federal pelo PR na legislatura anterior (2011-2015). Na condição de suplente, exerceu mandato de deputado federal pelo PSDB em 2008 (2007-2011).**Atribuições:** Cuida de assuntos relativos à ordem econômica nacional, política de atividade industrial, comercial e agrícola, sistema monetário, moeda, câmbio e reservas cambiais, políticas de importação e exportação em geral, programas de privatização e monopólio da União, propriedade industrial e sua proteção, entre outras.**Secretária:** Giovanna Francesca Mascarenhas Puricelli
Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33**Telefones:** (61) 3216-6601**E-mail:** cdu.decom@camara.leg.br**Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)****Presidente:** Deputado Jaime Martins (PSD/MG)**Perfil:** Jaime Martins Filho é natural de Nova Serrana (MG). Engenheiro Metalúrgico, Engenheiro Mecânico, Técnico Industrial em Química, Especialista em Administração Financeira e Especialista em Marketing. Foi deputado federal nas cinco legislaturas anteriores, três pelo PFL (1995-1999/ 1999-2003/ 2003-2007), uma pelo PL (2007-2011) e outra pelo PR (2011-2015). Na Câmara dos Deputados, foi vice-líder do bloco PFL, PTB; vice-líder do PFL; vice-líder do Bloco PFL, PST; vice-líder do PL; vice-líder do Bloco PL, PSL.**Atribuições:** Discute e delibera sobre os assuntos pertinentes ao direito urbanístico e à ordenação jurídico-urbanística do território; aos planos regionais de desenvolvimento econômico e social; à política e desenvolvimento municipal e territorial; às migrações internas, entre outras matérias relativas a urbanismo, arquitetura e desenvolvimento urbano.**Secretário:** Luiz Gonçalves Neto
Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188**Telefones:** (61) 3216-6551**E-mail:** cdeic.decom@camara.leg.br



Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)

Presidente: Deputado Padre João (PT/MG)
Perfil: João Carlos Siqueira é natural de Uruçânia (MG). Formado em filosofia e teologia, é sacerdote católico. Foi deputado estadual pelo PT em outras três legislaturas (2003-2007/2007-2011/2011-2015).

Atribuições: Recebe, avalia e investiga denúncias relativas à ameaça ou violação de direito humano, além da fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos ao tema. Compete-lhe, ainda, colaborar com entidades não governamentais, nacionais e internacionais, que atuam na defesa dos direitos humanos, bem como fazer pesquisas e estudos relativos à situação dos direitos humanos no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação e fornecimento de subsídio para as demais comissões da Câmara.

Secretário: Márcio Marques de Araújo
 Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185

Telefones: (61) 3216-6571

E-mail: cdh.decom@camara.leg.br



Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Presidente: Deputada Simone Morgado (PMDB/PA)

Perfil: Simone Maria Morgado Ferreira é natural de Belém (PA) e economista. Foi vereadora de Bragança (PA) e deputada estadual por dois mandatos. Está em seu primeiro mandato como deputada federal.

Atribuições: Analisa e delibera sobre sistema financeiro nacional, mercado financeiro e de capitais; crédito; bolsas de valores e de mercadorias, sistema de poupança, captação e garantia da poupança popular; títulos e valores imobiliários; dívida pública externa e interna, sistema tributário nacional e repartição das receitas; tributação, arrecadação, fiscalização, empréstimos compulsórios, contribuições sociais, fiscais, etc. Seus pareceres são terminativos e de mérito, conforme o caso.

Secretária: Aparecida de Moura Andrade
 Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, sala 136

Telefones: (61) 3216-6652

E-mail: cft.decom@camara.leg.br



Comissão de Educação (CE)

Presidente: Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)

Perfil: Arnaldo Faria de Sá nasceu em São Paulo (SP). É advogado, contabilista, radialista, professor e está em seu oitavo mandato como deputado federal. Foi secretário municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo e secretário de Governo da prefeitura municipal de São Paulo. É membro da Frente Parlamentar de Entidades Cívicas e Militares em Defesa da Previdência Pública. Na Câmara dos Deputados, já atuou como líder vice-líder partidário e de bloco parlamentar.

Atribuições: É responsável pela política e sistema educacional, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais; direito da educação; recursos humanos e financeiros para a educação. Esta comissão resultou do desmembramento da Comissão de Educação e Cultura em fevereiro de 2013.

Secretária: Eugenia S. Pestana
 Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, sala T170

Telefones: (61) 3216-6621

E-mail: ce.decom@camara.leg.br



Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)

Presidente: Deputado Leo de Brito (PT/AC)

Perfil: Leonardo Cunha de Brito é natural de Rio Branco (AC), advogado e professor de Direito. Já foi secretário da Secretaria Extraordinária da Juventude do Estado do Acre. Está em seu primeiro mandato como deputado federal.

Atribuições: Faz o acompanhamento e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as sociedades e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Cuida, ainda, dos planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional, após exame pelas demais comissões. Finalmente, é de sua competência a tomada de contas do presidente da República, quando não apresentadas no prazo de 60 dias após a abertura dos trabalhos legislativos.

Secretário: Luiz Paulo Pieri
 Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, sala 161

Telefones: (61) 3216-6671

E-mail: cffc.decom@camara.leg.br



Comissão do Esporte (CESPO)

Presidente: Deputado César Halum (PRB/TO)

Perfil: Cesar Hanna Halum nasceu em Anápolis (GO). É médico veterinário e está em seu segundo mandato como deputado federal. Foi prefeito de Araguaína, deputado estadual, presidente do Sindicato do Comércio de Gêneros Alimentícios do Tocantins, 2º suplente de tesoureiro da Fecomércio, 1º suplente e diretor para Assuntos Sociais da Fecomércio, Diretor para Assuntos de Políticas Econômicas e Fiscais da Fecomércio, conselheiro e representante do Sebrae de Palmas.

Atribuições: Aprecia proposições sobre o desenvolvimento do sistema desportivo nacional e sua organização; da política e plano nacional de educação física e desportiva; das normas gerais sobre esporte e da justiça desportiva. Esta comissão resultou do desmembramento da Comissão de Turismo e Desporto em fevereiro de 2014.

Secretário: Lindberg Aziz Cury Júnior
 Sala nº 2, ala C, térreo, do Anexo II

Telefones: (61) 3216-6351

E-mail: cespo.decom@camara.leg.br



Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA)

Presidente: Deputado Marcos Abrão (PPS/GO)

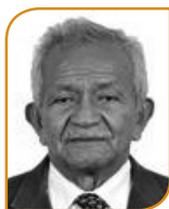
Perfil: Marcos Abrão Roriz Soares de Carvalho é natural de Goiânia (GO), economista e empresário na área pecuarista. Já foi presidente da Cia. de Distritos Industriais de Goiás e da Agência Goiana de Habitação. Está em seu primeiro mandato como deputado federal.

Atribuições: Cuida dos projetos de grande amplitude, voltados para o desenvolvimento regional, entre eles o de transposição das águas do rio São Francisco, proteção da Amazônia, defesa de sua fauna e flora, assuntos indígenas, entre outros programas. Esta comissão resultou do desmembramento das extintas Comissões de Defesa Nacional e Desenvolvimento Urbano e Interior.

Secretário: Cláudio Ribeiro Paes
 Anexo II, Sala 55, Ala A, Térreo

Telefones: (61) 3216-6432

E-mail: ccindra.decom@camara.leg.br



Comissão de Legislação Participativa (CLP)

Presidente: Deputado Chico Lopes (PCdoB/CE)

Perfil: Francisco Lopes da Silva nasceu em Teresina (PI), é professor, auditor fiscal aposentado e está em seu terceiro mandato como deputado federal. Foi vereador de Fortaleza, deputado estadual, professor estadual, coordenador do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, vice-presidente, presidente do Grêmio da Escola Técnica Fênix Caixerai de Fortaleza, vice-presidente do Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará (SESC), secretário-geral da Associação dos Servidores Públicos Municipais de Fortaleza, vice-presidente da Associação dos Professores Licenciados do Estado do Ceará e vice-presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Ceará. Na Câmara dos Deputados, foi vice-líder do Bloco PSB, PTB, PCdoB e vice-líder do PCdoB.

Atribuições: Recebe e analisa as sugestões de iniciativa popular para transformá-las ou não em proposições a serem submetidas ao exame do Congresso. As associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades da sociedade civil podem apresentar sugestão de projeto de lei complementar, projeto de lei ordinária, projeto de decreto legislativo, projeto de resolução, projeto de consolidação, além de requerimentos solicitando a realização de audiência pública, depoimento ou convocação de autoridades, entre outras iniciativas.

Secretário: Aldo Matos Moreno

Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121-122

Telefones: (61) 3216-6692

E-mail: clp.decom@camara.leg.br

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)



Presidente: Deputado Luiz Lauro Filho (PSB/SP)

Perfil: Luiz Lauro Ferreira Filho é natural de Campinas (SP) e é pós-graduado em economia urbana. Já foi vereador de Campinas. Está em seu primeiro mandato como deputado federal.

Atribuições: Delibera sobre política e sistema nacional de meio ambiente, legislação e defesa ecológica, recursos naturais renováveis entre

outras questões.

Secretário: Aurenilton Araruna de Almeida

Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, sala 142

Telefones: (61) 3216-6521

E-mail: meioambiente@camara.leg.br

Comissão de Minas e Energia (CME)



Presidente: Deputado Paulo Feijó (PR/RJ)

Perfil: Paulo Fernando Feijó Torres é natural de Santa Maria Madalena (RJ) e é engenheiro mecânico. Foi secretário municipal de Meio Ambiente e vereador por dois mandatos em Campo dos Goytacases (RJ). Está em seu quinto mandato como deputado federal.

Atribuições: Analisa e delibera sobre matérias relativas à política e modelo mineral e energético brasileiros; estrutura institucional e o papel dos agentes dos setores mineral e energético; pesquisa e exploração de recursos minerais e energéticos; fontes convencionais e alternativas de energia; política e estrutura de preços de recursos energéticos; comercialização e industrialização de minérios, etc.

Secretário: Fábio Gomes Pereira

Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56

Telefones: (61) 3216-6711

E-mail: cme@camara.leg.br



Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Presidente: Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL)

Perfil: Pedro Torres Brandão Vilela é natural de Maceió (AL) e advogado. Foi secretário de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Maceió. Está em seu primeiro mandato como

deputado federal.

Atribuições: Examina, dá parecer e vota matérias ligadas à política externa brasileira; relações diplomáticas e consulares, econômicas e comerciais, culturais e científicas com outros países; mantém relações com entidades internacionais multilaterais; emigração e imigração; expatriação; turismo externo; extradição e expulsão de estrangeiros; nacionalidade; litígios internacionais, neutralidade em face de conflitos internacionais e intervenção em países estrangeiros, além de matérias sobre medidas de defesa do Estado e das instituições democráticas; assuntos relativos à segurança pública e aos seus órgãos institucionais.

Secretário: Edilson Holanda Silva

Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, sala 125

Telefones: (61) 3216-6739

E-mail: credn@camara.leg.br



Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)

Presidente: Deputado Alexandre Baldy (PTN/GO)

Perfil: Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga é natural de Goiânia (GO), é formado em direito, empresário e está em seu primeiro mandato eletivo como deputado federal. É filho do procurador de Justiça Joel Sant'Anna Braga.

Atribuições: Examina assuntos relativos à prevenção, fiscalização e combate ao uso de drogas; ao tráfico ilícito de entorpecentes ou atividades conexas; ao combate do contrabando, do crime organizado, do sequestro, da lavagem de dinheiro, da violência rural e urbana, do controle e comercialização de armas, da proteção a testemunhas e vítimas de crime, e suas famílias, bem como fiscaliza e acompanha os programas e políticas governamentais de segurança pública, que poderão ser feitos com a colaboração de entidades não-governamentais que atuem nas matérias elencadas, assim como por meio da realização de pesquisas, estudos e conferências sobre as matérias de sua competência.

Secretário: José Bemfica de Deus

Anexo II, Pavimento Superior Ala C Sala 166

Telefones: (61) 3216-6761

E-mail: cspcco.decom@camara.leg.br



Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

Presidente: Deputada Conceição Sampaio (PP/AM)

Perfil: Maria da Conceição Sampaio Moura nasceu em Alenquer (PA) e está em seu primeiro mandato como deputada federal. Já foi vereadora de Manaus e deputada estadual, 2ª vice-presidente regional do PP, vice-presidente do Norte do PP e vice-líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

Atribuições: É responsável pela análise e deliberação de assuntos relativos à Saúde, Previdência e Assistência Social; política de saúde e processo de planificação e Sistema Unico de Saúde; assistência médica previdenciária; alimentação e nutrição; organização institucional da Previdência Social do País; direito de família e do menor; proteção industrial de fármacos, entre outras obrigações.

Secretário: Rubens Gomes Carneiro Filho

Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, sala 145

Telefones: (61) 3216-6787

E-mail: cssf@camara.leg.br



Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Presidente: Deputado Wolney Queiroz (PDT/PE)
Perfil: Wolney Queiroz Maciel é natural de Caruaru (PE), está no seu sexto mandato eletivo, sendo cinco como deputado federal e um como

vereador por Caruaru. É empresário e diretor de empresas.

Atribuições: Analisa e delibera sobre matérias trabalhistas urbana e rural; direito do trabalho, processual do trabalho e acidentário; trabalho do menor; política salarial e de emprego; dissídios individual e coletivo; conflitos coletivos de trabalho; direito de greve; negociação coletiva; relações entre capital e trabalho; sindicalismo; Justiça do Trabalho; Ministério Público; regime jurídico dos servidores, etc.

Secretário: José Mauro Meira Magalhães
 Anexo II, Sala T 50

Telefones: (61) 3216-6805

E-mail: ctasp.decom@camara.leg.br



Comissão de Turismo (CTUR)

Presidente: Deputado Herculano Passos (PSD/SP)

Perfil: Herculano Castilho Passos Junior nasceu em Itu (SP), é empresário e está em seu primeiro mandato como deputado federal. Foi vereador e prefeito de Itu; presidente da Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo, diretor da Associação Paulista de Municípios, coordenador Macrorregião do PV, co-fundador e membro da executiva nacional do PSD, e coordenador de Macrorregião do PSD de Sorocaba.

Atribuições: Aprecia proposições sobre a política e sistema-

nacional de turismo; exploração das atividades e dos serviços do setor, além de colaboração com entidades públicas e não-governamentais, que atuem na formação de políticas públicas de turismo. Esta comissão resultou do desmembramento da Comissão de Turismo e Desporto em fevereiro de 2014.

Secretária: Ana Katia Martins Bertholdo

Anexo II, Ala A, Sala 5, Térreo

Telefones: (61) 3216-6837

E-mail: ctur.decom@camara.leg.br



Comissão de Viação e Transportes (CVT)

Presidente: Deputado Washington Reis (PMDB/RJ)

Perfil: Washington Reis de Oliveira é natural de Duque de Caxias (RJ) e empresário. Em Duque de Caxias (RJ), foi vereador pelo PSC (1993-1997) e prefeito pelo PMDB (2005-2008). Também foi deputado estadual três vezes, pelo PSC (1995-1999), pelo PSDB (1999-2003) e pelo PMDB (2003-2007). Ocupou o cargo de subsecretário estadual de Obras Metropolitanas (2009-2010). Deputado federal na legislatura anterior pelo PMDB (2011-2015).

Atribuições: Compete-lhe examinar todos os assuntos referentes ao sistema nacional de viação e aos sistemas de transportes em geral; bem como a ordenação e exploração destes serviços em níveis urbano, interestadual, intermunicipal e internacional, abrangendo a marinha mercante, portos e vias navegáveis, navegação marítima e de cabotagem e a de interior; direito marítimo e, também, aviação civil, aeroportos e infraestrutura aeroportuária; segurança e controle do tráfego aéreo e direito náutico.

Secretária: Admar Pires dos Santos

Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, sala 175

Telefones: (61) 3216-6853

E-mail: cvt@camara.leg.br

Senado Federal



Comissão de Assuntos Econômicos - CAE

Presidente: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)

Perfil: 1º mandato, paranaense, advogada, com especialização em Gestão de Organizações Públicas e Administração Financeira. Destaca-se como debatedora. No primeiro mandato de

Dilma foi ministra-chefe da Casa Civil. Retornou ao mandato parlamentar em 2014. É ardorosa defensora do governo Dilma e se manifesta frequentemente em sua defesa no plenário.

Atribuições: Opina sobre problemas econômicos do País, política de crédito, câmbio, seguro e transferência de valores, comércio exterior e interestadual, sistema monetário, bancário e de medidas, títulos e garantia dos metais, sistema de poupança, consórcio e sorteio, tributos, tarifas, empréstimos compulsórios e orçamento, entre outros.

Secretária: Camila Moraes Bittar

Ala Senador Alexandre Costa, Sala 17 – B

Telefone: (61) 3303-3516

E-mail: cae@senado.gov.br



Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

Presidente: Senador Edison Lobão (PMDB-MA)

Perfil: 4º mandato, advogado e jornalista. É vinculado ao grupo político do ex-senador José Sarney. Foi governador do Maranhão (1991-1994). Foi ministro de Minas e Energia do governo Lula (2008 a 2010). E também exerceu o cargo no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011-2014). Destaca-se como articulador.

Atribuições: É responsável pela análise e deliberação de pro-

posições referentes às relações de trabalho, suas normas e organização; exercício de profissões; seguridade social e previdência; proteção e defesa da saúde; remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, entre outros.

Secretária: Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira
 Ala Senador Alexandre Costa, Sala 11 – A

Telefone: (61) 3303-4608

E-mail: cas@senado.gov.br

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Perfil: 2º mandato, natural de Araruna (PB), é empresário e advogado. Exerceu por quatro mandatos de deputado estadual (1955-1959, 1959-1963, 1963-1967 e 1967-1969). Foi deputado federal por três mandatos (1983-1987, 1987-1991 e 1991-1995). Foi vice-governador (1995) e governador da Paraíba por dois mandatos (1995-1999 e 1999-2003).

Atribuições: É competente, entre outros, para opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário.

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira

Ala Senador Alexandre Costa, Sala 5-A

Telefone: (61) 3303-3972

E-mail: ccj@senado.gov.br



Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)

Presidente: Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Perfil: 1º mandato, natural de General Câmara (RS), é jornalista. Já atuou como advogado trabalhista por 20 anos. Trabalhou por 27 anos

no Grupo RBS. Foi âncora e comentarista diário do Jornal do Almoço, na RBS TV. Fez inúmeras coberturas internacionais.

Atribuições: Aprecia proposições sobre políticas nacionais de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, bem como sobre a organização estrutural dos setores envolvidos; avalia e discute os acordos de cooperação e inovação tecnológica com outros países e organizações internacionais; direitos autorais e propriedade intelectual; outorga e renovação de exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Secretária: Egli Lucena Heusi Moreira

Ala Senador Alexandre Costa, Sala 5-A (Subsolo)

Telefone: 61-3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

Presidente: Senador Paulo Paim (PT-RS)

Perfil: 2º mandato, gaúcho, metalúrgico e líder sindical. Deputado federal por quatro mandatos, quando atuou como presidente da Comissão de Trabalho. Autor e coordenador por quase dez anos da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social, é um dos parlamentares mais produtivos, com forte interlocução e representação dos trabalhadores, aposentados, pensionistas e servidores públicos. É relator do PLC 30/2015, que trata da terceirização. Destaca-se como formulador.

Atribuições: Acompanha, avalia e fiscaliza os projetos e as políticas governamentais relativas aos direitos humanos, da mulher, das pessoas portadoras de deficiências, dos idosos e da infância e juventude. Também é responsável por receber e apreciar sugestões legislativas de iniciativa popular apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

Secretária: Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Ala Senador Nilo Coelho, Sala 4-A

Telefone: (61) 3303-2005

E-mail: cdh@senado.gov.br



Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)

Presidente: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Perfil: 1º mandato. É natural de Macapá (AP) e comerciante. Exerceu o cargo de vereador no município de Macapá (2001 a 2002) pelo PDT. Foi deputado federal por três mandatos (2003–2007, 2007–2011 e 2011–2014). É membro titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Atribuições: Discute e delibera proposições referentes a desigualdades regionais e políticas de desenvolvimento turístico e socioeconômico das regiões, Estados e Municípios; avalia programas, incentivos e investimentos voltados para desenvolvimento regional.

Secretário: Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Ala Senador Alexandre Costa, Sala 7 (Subsolo)

Telefone: (61) 3303-4282

E-mail: cdr@senado.gov.br



Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)

Presidente: Senador Romário (PSB-RJ)

Perfil: 1º mandato. É natural do Rio de Janeiro. Formado em Educação Física. Empresário. Foi jogador de futebol. Como atleta foi ídolo nos rivais Flamengo e Fluminense, e também no Vasco além do América, clube em que encerrou a sua carreira. Exerceu um mandato de deputado federal (2011–2014).

Atribuições: É responsável pela deliberação de proposição voltadas para política e o sistema nacional de educação e suas diretrizes; desenvolvimento cultural e desportivo; diversão e espetáculos públicos; produção artística e cultural e sua proteção.

Secretário: Willy da Cruz Moura

Ala Senador Alexandre Costa, Sala 17-A

Telefone: (61) 3303-3498

E-mail: ce@senado.gov.br



Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

Perfil: 2º mandato. Nasceu em Natal (RN). É jornalista e advogado. É membro de uma das famílias mais influentes do estado. Foi deputado

estadual por quatro mandatos. Exerceu o mandato de prefeito e governador e ocupou a presidência do Senado (2007 a 2009). Foi ministro da Previdência Social no primeiro mandato de Dilma (2011–2014).

Atribuições: Analisa e vota matérias relativas ao transporte terrestre, marítimo e aéreo; obras públicas em geral; minas e recursos geológicos; serviços de telecomunicações; parcerias público-privadas e agências reguladoras.

Secretário: Thales Roberto Furtado Moraes

Ala Senador Alexandre Costa, Sala 11-B

Telefone: (61) 3303-4607

E-mail: ci@senado.gov.br



Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)

Presidente: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Perfil: 1º mandato. Natural de Ruy Barbosa (BA). É médico. Pertenceu ao grupo político do senador Antônio Carlos Magalhães, que

exerceu forte liderança política no estado por décadas. Atuava na articulação política do estado com os municípios. Foi deputado estadual por três mandatos (1987–1990, 1991–1994 e 1995–1998). Foi vice-governador (1999–2002) e governador (2002).

Atribuições: Faz o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União e da administração indireta; delibera sobre a política nacional de meio ambiente e ecologia; atua na defesa do consumidor para a melhoria contínua das relações de mercado aperfeiçoando os instrumentos reguladores, contratuais e penais referente aos direitos dos consumidores e fornecedores na defesa da livre concorrência e na repressão da formação e atuação ilícita de monopólios.

Secretário: Raymundo Franco Diniz

Ala Senador Nilo Coelho, Sala 4-B

Telefone: (61) 3303-3519

E-mail: cma@senado.gov.br



Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)

Presidente: Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Perfil: 1º mandato. Natural de Lagoa Vermelha (RS). É jornalista. Trabalhou como colunista e comentarista do Grupo RBS em Brasília. Na Casa atua em defesa dos interesses do agronegócio. É uma parlamentar atuante como oposição ao governo Dilma Rousseff.

Atribuições: Compete analisar e deliberar sobre matérias relacionadas às políticas agrícola e agrária do país; comercialização, fiscalização, inspeção e vigilância de produtos e insumos vegetal e animal; irrigação e drenagem, uso e conservação do solo e dos recursos hídricos e genéticos; investimentos financeiros, seguro, tributação, emprego e previdência na atividade rural; colonização e reforma agrária, etc.

Secretário: Marcello Varella
 Ala Alexandre Costa, Sala 7 (Subsolo)
Telefone: (61) 3303-3506
E-mail: cra@senado.gov.br



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)

Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

Perfil: 1º mandato. Natural de São José do Rio Preto (SP). É advogado e professor. Exerceu cargos de deputado estadual, deputado federal, vice-governador, secretário de Justiça, secretário de Transportes Metropolitanos, ministro da Justiça, chefe da Casa Civil do governo de São Paulo. É uma das principais lideranças nacionais do PSDB. Em 2014 foi candidato a vice-presidente na chapa de Aécio Neves.

Atribuições: Emite pareceres e vota proposições referente a relações internacionais e ao Ministério das Relações Exteriores; comércio exterior; indicação de chefe de missão diplomática; forças armadas do Brasil, questões de fronteira e limites territoriais, passagem e ou permanência de forças estrangeiras no território nacional; declarações de guerra e celebração da paz; assuntos referentes à Organização das Nações Unidas e entidades internacionais de qualquer natureza; autoriza o Presidente ou o Vice-Presidente da República a se ausentarem do território nacional, entre outros assuntos correlatos.

Secretário: José Alexandre Girão Mota da Silva
 Ala Senador Alexandre Costa, Sala 5 – B
Telefone: (61) 3303-3496
E-mail: cre@senado.gov.br



Comissão Senado do Futuro (CSF)

Presidente: Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Perfil: 1º mandato. Nasceu em Rondonópolis (MT). É médico veterinário e pós-graduado em Ciência Política. É empresário. Exerceu seis mandatos de deputado federal. Pertenceu a vários partidos PDS (1980-1985), PDT (1985-1987), PL (1987-1999), PSDB (1999-2001) e PL (2001-2007).

Atribuições: Destina-se a promover discussões sobre grandes temas, bem como aprimorar a atuação do Senado. Esta comissão não tem caráter deliberativo, por tanto, não vota projetos e suas reuniões são convocadas em caráter extraordinário.

Secretário: Waldir Bezerra Miranda
 Ala Senador Alexandre Costa, Sala 13 (Subsolo)
Telefone: (61) 3303-1095
E-mail: csf@senado.leg.br



Comissão de Transparência e Governança Pública (CGT)

Presidente: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Perfil: 1º mandato. Natural de Blumenau (SC). Contador e administrador de empresas. Empresário. Foi deputado estadual (1987–1991) e exerceu por três mandatos o cargo de deputado federal (1991–1995, 1995–1999 e 2003–2007). Também foi vice-governador (1999–2002). Antes de pertencer aos quadros do PSDB, já foi do PDS (1980–1993), do PPR (1993–1995), do PPB (1995), e do PFL (1995–2005).

Atribuições: É responsável pela prevenção à corrupção, transparência, responsabilidade fiscal, gastos públicos e prestação de contas entre outras matérias relacionadas à divulgação de informações à população. Cabe-lhe, ainda, a modernização das práticas gerenciais na administração pública federal direta e indireta e a efetividade e eficiência dos serviços públicos.

Secretário: Airton Luciano Aragão Júnior
 Ala Alexandre Costa, Sala 13 (Subsolo)
Telefone: (61) 3303-3284
E-mail: ctg@senado.leg.br

Cartilha “Eleições Municipais 2016 Orientação a candidatos e eleitores”

A publicação tem o objetivo de proporcionar uma visão global das etapas da campanha, envolvendo desde a importância do eleitor como titular do poder, as motivações para o ingresso dos candidatos na vida pública, a leitura crítica dos veículos de comunicação, passando pelas formas de financiamento de campanha, a formação de divulgação e prestação de contas até a legislação eleitoral com regras de propaganda eleitoral e suas vedações legais, além do calendário com os principais eventos do processo eleitoral.

AQUISIÇÃO

Caso haja interesse em adquirir a publicação entre em contato com o DIAP pelo telefone (61) 3225-9744 ou pelo e-mail iva@diap.org.br. Basta fazer o depósito em nome do DIAP, na Agência do Banco do Brasil 0452-9, na C/C 401.918-0, e enviar o comprovante com o endereço de correspondência para o fax (61) 3225-9150 ou para o e-mail acima.

Para os filiados o exemplar da publicação custa R\$ 15. Caso queiram adquirir o pacote promocional de 10 exemplares, o preço unitário sai a R\$ 10 (valor da remessa de 10 exemplares já está incluso). Para os não filiados, o exemplar da publicação custa R\$ 18. Caso queiram adquirir o pacote promocional de seis exemplares, o preço unitário fica R\$ 15.

A remessa da publicação é cobrada a parte e custa R\$ 6 até dois exemplares. A partir de três unidades, o envio é por PAC, cujo valor depende da localidade e do peso.